

O PMDB

face à dívida externa

A CÚPULA do PMDB está mergulhada numa confusão de análises e sugestões da qual se pretende que venha a emergir uma fórmula de renegociação da dívida externa.

PELO CENÁRIO esboçado, o Ministro da Fazenda, levando para a mesa da discussão um plano oriundo do PMDB, ou com ele acertado, teria mais força para endurecer com os credores. E o partido seria parceiro do Executivo na divisão das laureas pelas concessões obtidas.

É FÁCIL prever que o respaldo partidário tem mais força interna do que externa: os credores, ao que se saiba, lidam com o Governo brasileiro como representante de todo o Brasil. Não existe, na mesa da negociação, diferença possível entre uma posição do Governo e uma posição do Governo somado ao PMDB.

ALÉM DISTO, quem negocia não trabalha com fórmulas rígidas, principalmente se dialoga com interlocutores diferentes — representantes governamentais no Clube de Paris, e bancos internacionais, em outra etapa. Seria concebível que o Ministro Funaro, a cada avanço ou recuo da discussão, prestasse contas ao Instituto Pedroso Horta?

O PARTIDO majoritário tem direito a sugerir, discordar, criticar. Mas não lhe cabe impingir ao Governo um plano do PMDB para a dívida exter-

na. Entre outras razões, porque esse plano seria necessariamente um amálgama das muitas posturas ideológicas que convivem na agremiação, temperado pelas considerações políticas do momento. Difícilmente os atuais esforços da cúpula do partido produzirão algo tecnicamente viável como proposta destinada a abrir uma negociação de alta complexidade.

PODEM OS dirigentes do PMDB argumentar que seu propósito não é impor, mas colaborar. Suponha-se, no entanto, que o partido cerre fileiras em torno de uma tese como a atribuída ao Governador eleito Miguel Arraes: suspensão do pagamento do principal da dívida por cinco ou seis anos, e redução dos juros. E que o Ministro da Fazenda extraia dos credores concessões diferentes, embora consideradas ainda assim atraentes. O que impedirá setores do PMDB de se dizerem desmoralizados, ou mesmo — que a tanto vai a retórica, quando a serviço de interesses menores — traídos?

NÃO SE DIGA que o regime presidencialista faz de Executivo e Legislativo compartimentos estanques. Sem abdicar da autonomia que é inata ao regime, o Executivo deve, sempre que possível, manter as lideranças do Congresso informadas sobre passos que pretende dar em áreas de alta relevância. Em seu próprio benefício, o Presidente e seus Ministros farão, dos contatos com essa finalida-

de, um canal de comunicação de duas mãos com a classe política, procurando conhecer o seu pensamento e suas reações.

NO CASO DO lançamento do Plano Cruzado, por exemplo, a necessidade de rigoroso sigilo proibia essa comunicação. Por outro lado, quando se preparava o Cruzado II, o Governo pecou por não promovê-la. Enquanto seus escalões inferiores abasteciam a imprensa de informações muitas vezes contraditórias e depois desmentidas, os políticos foram deixados de lado. O Governo pagou e está pagando alto preço por essa falha.

EM RELAÇÃO à dívida externa, o erro não se repete: as reuniões de Ministros da área econômica com Deputados e Senadores têm sido frequentes.

FALTA APENAS que o PMDB, na sua condição de principal braço político do Governo, colabore — como afirma pretender — sem tomar iniciativas que venham a tolher os movimentos dos encarregados da negociação da dívida, ou a criar para si próprio o compromisso com posições que necessite mais adiante abandonar ou permitir que caiam nas mãos de adversários.

NÃO SIGNIFICA isto restrição às prerrogativas do partido. Apenas, defini-las na medida justa, à luz do equilíbrio dos Poderes e em benefício do País.